

Veja

Economia & Negócios

O acerto de contas

O governo estabelece as regras que regerão a poupança, o reajuste dos aluguéis e os financiamentos da casa própria

Uma das questões mais mal resolvidas na economia do congelamento e que afeta a vida de milhões de brasileiros só na semana passada começou a sair do limbo em que se encontrava desde a reforma econômica de 28 de fevereiro — a regularização dos contratos de aluguéis e dos financiamentos da casa própria. As novas regras já estão em vigor, com a publicação na última segunda-feira das medidas econômicas antecipadas no fim da semana anterior pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Foram mudanças profundas, muitas das quais ainda provocam dúvidas, como a que envolve a situação dos funcionários do desativado Banco Nacional da Habitação, substituído em suas funções pela Caixa Econômica Federal. Os agentes financeiros da habitação, mesmo assim, já prometem para as próximas semanas o retorno de um tipo de operação que não se vê no país há muito tempo — os financiamentos para se comprar casa própria.

“Passamos quase nove meses tentando fazer o governo entender os problemas do Sistema Financeiro da Habitação”, diz o presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, a ABECIP, Anésio Abdalla. “Agora, começamos a receber as condições necessárias para voltar a operar.” O problema maior estava no rombo aberto nas contas do chamado SFH, ou Sistema Financeiro da Habitação, que reúne as caixas econômicas e as empresas de crédito imobiliário. O buraco apareceu, e desde então não parou de se alargar, quando o governo passou a fixar os reajustes das prestações pagas pelos compradores em níveis inferiores ao de correção dos depósitos nas cadernetas de poupança



Sede do BNH, no Rio: prédio tomado pelos funcionários ameaçados de demissão

— a fonte primária que irriga os investimentos imobiliários. O pacote divulgado por Funaro traz as medidas que pretendem, num prazo de doze anos, levar o SFH a cobrir tal rombo, com o governo bancando a maior parte.

“O que aconteceu é que o mutuário da habitação ganhou um subsídio sem retorno, que a sociedade foi chamada a pagar”, diz o empresário José Conde Caldas, presidente da construtora Concal, uma das maiores do Rio de Janeiro. As novas regras do SFH, segundo Abdalla, reduzem o risco de que o contribuinte volte a custear parte das prestações dos mutuários, na hipótese de que elas venham a crescer mais que os salários. “É inevitável que os reajustes das prestações sejam atrelados aos salários, tanto para os novos como para os antigos contratos,



Capuano: “O preço pode cair”